

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS
2015



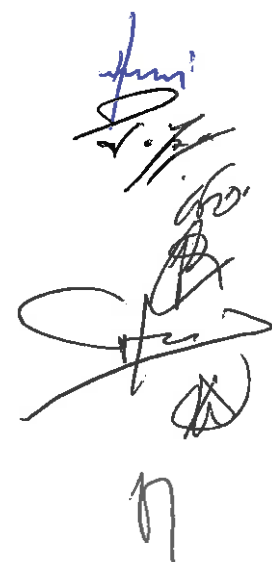
BRAGANÇA A CAMINHO DE UMA SMART REGION

JUNHO 2016

[Handwritten signatures and initials]

Índice

Relatório de Gestão.....	5
1. Introdução	5
2. Objetivo da Consolidação.....	6
3. Perímetro da Consolidação	7
4. Método de Consolidação.....	9
5. Breve Enquadramento Macroeconómico	10
6. Evolução da Gestão do Conjunto das Entidades Compreendidas na Consolidação	11
6.1 Análise Económico Financeira da Atividade Consolidada	13
7. Factos Relevantes Após o Encerramento do Exercício.....	18
Balanço Consolidado	19
Demonstração Consolidada dos Resultados	23
Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado	27
Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas	31
Certificação Legal das Contas Consolidadas.....	53
Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas.....	59



Handwritten signatures and initials in blue and black ink, located in the bottom right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be official or personal marks.

Índice de quadros

Quadro 1: Entidades Detidas/Participadas.....	8
Quadro 2: Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado	14
Quadro 3: Resumo dos Fluxos de Caixa Consolidados	16
Quadro 4: Rácios.....	17
Quadro 5: Trabalhadores ao Serviço por Categoria	35
Quadro 6: Endividamento de Médio e Longo Prazos Consolidado	39
Quadro 7: Endividamento de Curto Prazo Consolidado	40
Quadro 8: Montante Total da Dívida a Terceiros Consolidada em 2019	41
Quadro 9: Saldos e Fluxos Financeiros entre o Município de Bragança e a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark.....	41
Quadro 10: Mapa do Ativo Bruto Consolidado	45
Quadro 11: Mapa das Amortizações e Provisões Acumuladas Consolidado.....	46
Quadro 12: Amortizações Acumuladas Repartidas pelas Entidades do Grupo Público	47
Quadro 13: Repartição do Valor Líquido Consolidado das Vendas e das Prestações de Serviços ...	47
Quadro 14: Remunerações aos Membros dos Órgãos Executivo e Deliberativo das Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação	48
Quadro 15: Mapa da Dívida Bruta Consolidada	51

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'J. J. J.' followed by several initials and a date '17.12.17'.

Relatório de Gestão

2015



1. Introdução

A utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza, consequência da alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das suas atribuições e competências, evidenciou a necessidade de divulgação de mais e diferente tipo de informação financeira para efeitos de visão global do que pode ser considerado o grupo municipal.

Neste contexto, facilmente se compreende que a análise das contas individuais não permite uma perceção da situação financeira do grupo municipal. O entendimento com clareza da situação financeira do grupo, só é permitida através de contas únicas, complementares às individuais, representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns, tornando-se assim a apresentação de contas consolidadas imperativa.

Os juízos divergem no que diz respeito à utilidade da informação, principalmente se não for possível a sua construção apoiada por um enquadramento normativo e legal que seja consistente e consensual. De destacar que a comparabilidade é uma das vantagens recorrentemente apontada para a existência de contas consolidadas no grupo municipal, exigindo a harmonização de procedimentos e políticas.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que *“sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*.

Tendo em consideração o disposto no n.º 3 do artigo 75.º da aludida Lei, o grupo municipal é composto por um município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controle corresponde ao poder de gerir políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Salienta-se, no entanto, que devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto,

integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

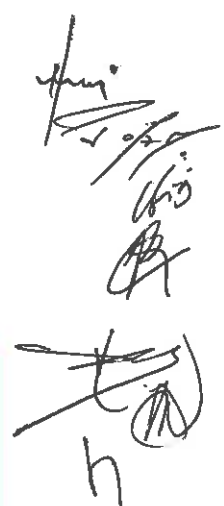
Na ordem que refere o RFALEI, são apresentados os documentos de prestação de contas consolidadas do grupo municipal, integrando os mesmos, o relatório de gestão, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, o mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Os referidos documentos foram construídos nos termos do disposto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, e na orientação n.º 1/2010, tendo também em consideração as instruções emanadas pelo SATAPOCAL aquando da consolidação para o exercício de 2010, com as necessárias adaptações. A observância destas orientações permite a obtenção de demonstrações financeiras consolidadas que evidenciem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental do grupo municipal.

2. Objetivo da Consolidação

A necessidade de implementação integral da Lei do Enquadramento Orçamental e do “Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica” determinou a obrigação de apresentação de contas consolidadas numa base de caixa para todo o perímetro do Estado, incitando que este fosse progressivamente alargado por forma a incluir o Setor Empresarial do Estado e as Parcerias Público Privadas reclassificadas no âmbito da Administração Pública e da Administração Local e Regional.

A implementação da metodologia de consolidação de contas no município refletir-se-á na melhoria da informação contabilística quer ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito do controlo e coordenação das diferentes entidades que interagem entre si. A consolidação permitirá, igualmente, através de um inventário do conjunto de informações necessárias nas entidades que compõem o grupo municipal objeto de consolidação, uma consolidação por sector de atividade e uma avaliação das políticas públicas locais.



A consolidação de contas proporciona uma visão verdadeira e apropriada sobre o grupo municipal como se de uma única entidade se tratasse, permitindo avaliar, quer o desempenho económico quer a situação financeira, do conjunto das empresas abrangidas na consolidação.

3. Perímetro da Consolidação

Tal como anteriormente referido, o perímetro de consolidação de contas do município integra as entidades controladas em que este participe, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A obrigatoriedade de uma maior abrangência na prestação de informação consolidada foi refletida na alteração do perímetro de consolidação no atual RFALEI. A partir do ano 2014, e para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas deverão apurar: por um lado, a existência ou presunção de controlo, relativamente a outra entidade através verificação dos pressupostos previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 75.º de RFALEI; por outro lado, se se tratam das entidades especificamente elencadas no n.º 6 do mesmo artigo, que se incluem sempre, independentemente da percentagem de participação.

A definição de perímetro de consolidação de contas e das condições de controlo ou de presunção de controlo são fundamentais para a delimitação do grupo público e, conseqüentemente, para a consolidação de contas.

Se, durante o exercício económico, uma entidade deixar de fazer parte integrante do perímetro de consolidação, as suas demonstrações financeiras não deverão ser incluídas no processo de consolidação anual, devendo este facto e o seu efeito serem explicitados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de forma inequívoca, designadamente o momento a partir do qual as entidades deixam de ser parte integrante do perímetro de consolidação. Se a composição do conjunto das entidades incluídas na consolidação se alterar significativamente no decurso do exercício, as demonstrações financeiras consolidadas devem fornecer as informações

que permitam a comparabilidade de conjuntos sucessivos de demonstrações financeiras consolidadas.

Apresenta-se, seguidamente, informação sobre as entidades detidas/participadas (societárias e não societárias) pelo município de Bragança.

Quadro 1: Entidades Detidas/Participadas

Grupo Municipal - Município de Bragança			ANO: 2015							
Entidades	Endereço	Tipo de entidade	Participação detida		Perímetro de consolidação				Método de consolidação utilizado	
			%	Valor	Controlada	Controlada em comum	Controlada em conjunto	Outras		
Águas do Norte, S.A.	Av. Osnabruck, 29 - 5000-427 Vila Real	Participada	0,77	1 070 867		X				
Laboratório Regional de Trás-os-Montes e Alto Douro	Complexo do Cachão - 5370-132 Mirandela	Participada	4,85	3 741		X				
Municipá - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, Taguspark - 2740-120 Porto Salvo	Empresa Local	0,77	24 940	X			75.º	RFALEI	Equivalência Patrimonial
AE-TM - Agência de Energia de Trás-os-Montes	Avenida dos Aliados, n.º 9 - 5400-038 Chaves	Associativa	n.a.			X				
AMTAD - Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro	Edifício Palácio da Justiça - Alameda do Paço - 5090-127 Murça	Associativa Municipal	n.a.			X				
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Avenida Mameco e Sousa, 52 - 3004-511 Coimbra	Associativa Municipal	n.a.			X				
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Rua do Castelinho, n.º 17 - 5100-127 Lamego	Associativa Municipal	n.a.			X				
Associação de Municípios Rêre Portuguesa Cidades Saudáveis	Alameda dos Bombeiros Voluntários, n.º 45 - 2814-001 Seixal	Associativa Municipal	n.a.			X				
Associação Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano	Rua Visconde de Bouça, Apartado 238 - 5301-903 Bragança	Associativa Municipal	n.a.			X				
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Av. Cidade de Léon, 506 - 5301-358 Bragança	Associativa	74,11	1 600 000	X		c)-i)	75.º	RFALEI	Consolidação Integral
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	Rua Visconde de Bouça, apartado 238 - 5301-903 Bragança	Comunidade Intermunicipal	10,59	42 327		X				
CORANE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Rota Nordesteana	Rua Padre António Vieira, Edifício do GAT - Apartado 1015, 5300-999 Bragança	Associativa	n.a.			X				
Elxo Atlântico do Noroeste Peninsular	Av. Inferior à Ponte D. Luís I, 55 4050-474 Porto	Associativa Municipal	n.a.			X				
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra - 4900-360 Viana do Castelo	Associativa	n.a.			X				
Associação do Parque de C&T do Porto (Portus Park)	Rua Alfredo Allen, n.º455/461 - 4200-135 Porto	Associativa	n.a.	10 000		X				
Associação para o Desenvolvimento do Régia Douro Park	Andrães - 5000-033 Vila Real	Associativa	4 UP	2 000		X				
Associação Centro Ciência Viva de Bragança	Rua do Beato Nicolau Dinis, 5300 - 130 Bragança	Associativa	n.a.			X				
Fundação "Os Nossos Livros"	Rua Trindade Coelho, n.º 32 - 5300-061 Bragança	Fundação	n.a.			X				
Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques	Rua Eng. José Beça, n.º 46 "Casa Câmara" - 5300-034 Bragança	Fundação	n.a.			X				

n.a. - não aplicável

Valores em euros

Ponderados todos os fatores conclui-se que a entidade contabilística consolidante é o município de Bragança, sendo as restantes entidades que constituem o perímetro de consolidação, ou seja, as que cumprem os critérios elencados no artigo 75.º do RFALEI, Associação para o

Desenvolvimento do Brigantia Ecopark¹ e a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

4. Método de Consolidação

O RFALEI refere que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo remetendo, assim, para a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprova a orientação n.º 1/2010 «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo».

No caso da consolidação do grupo municipal do município de Bragança utilizar-se-á o método de consolidação integral para Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark na qual o município detém uma participação de 74,11%. No caso da empresa municipal, Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., entidade associada controlada conjuntamente com outras entidades, o método a utilizar será o da equivalência patrimonial, considerando que a portaria não refere a possibilidade de consolidação proporcional.

O método de consolidação integral consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações de resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas. Refere a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15, «Investimentos em subsidiárias e consolidação», publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector.

O método da equivalência patrimonial consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que

¹Incluída pelo INE, nas Entidades do Setor Institucional das Administrações Públicas – 2011 e classificada no Setor da Administração Regional e Local, Administração Local, Serviços Autónomos da Administração Local.

proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada. Para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 13, publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector.

5. Breve Enquadramento Macroeconómico

Após concluir o programa de assistência internacional, Portugal continua a defrontar desafios significativos em matéria de política económica em geral e de política orçamental em particular. No que a esta diz respeito, a acumulação de défices orçamentais ao longo de décadas e o peso da dívida pública daí resultante exigem manter a consolidação orçamental e a revisão em profundidade do processo orçamental como suas prioridades principais. Paralelamente, o país precisa de encontrar um modelo de crescimento estável da economia e do emprego, assente no aumento da produtividade e na competitividade da economia e não no seu endividamento e no aumento das despesas públicas².

De acordo com os dados publicados pelo INE, em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 1,5% em volume, mais 0,6 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no ano anterior. O contributo da procura interna para a variação anual do PIB aumentou, situando-se em 2,5 p.p. em 2015 (2,2 p.p. em 2014), devido ao crescimento mais intenso das despesas de consumo final, uma vez que o investimento desacelerou.

Em 2015, a procura interna registou um aumento de 2,4% em termos reais (2,2% no ano anterior).

O consumo privado, em termos reais, acelerou para uma variação de 2,6% em 2015 (2,2% no ano anterior), devido ao crescimento mais intenso da componente de bens não duradouros e serviços, com um aumento de 1,9% em 2015 (taxa de 1,3% no ano precedente).

Em sentido contrário, as Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes em bens duradouros desaceleraram, embora mantendo um crescimento acentuado (taxas de 14,6% e 11,4% em 2014 e 2015, respetivamente), refletindo sobretudo a evolução da componente automóvel.

² CFP – Conselho das Finanças Públicas, Finanças Públicas: Situação e Condicionantes 2015-2019 – Atualização, Outubro de 2015.



A taxa de desemprego, do quarto trimestre de 2015, fixou-se nos 12,2%. Este valor representa um aumento de 0,3 p.p. face ao terceiro trimestre e uma diminuição de 1,3 p.p. face a igual período de 2014. Para esta evolução concorreu um aumento homólogo do emprego (1,6%) e uma diminuição do emprego (9,2%). No total do ano a taxa de desemprego foi de 12,4%, menos 1,5 p.p. do que 2014.

No ano de 2015, o índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 0,5% (-0,3% em 2014), com um perfil anual marcado por uma recuperação durante a primeira metade do ano e uma relativa manutenção na segunda.

No final do mês de dezembro, a execução orçamental da Administração Local apresentou um saldo global positivo de 739 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de mais de 300 milhões de euros relativamente ao saldo global apurado no período homólogo do ano anterior.

Para esta evolução positiva do subsector concorreram tanto a receita total (aumentou 4,2% em relação ao período homólogo do ano anterior) como a despesa total (diminuiu 0,5%). O aumento da receita assentou nas suas principais rubricas, os Impostos e as Transferências Correntes (que, em termos homólogos cresceram, respetivamente, 5,7% e 3,9%). A diminuição da despesa total assentou, fundamentalmente, na redução ocorrida nos gastos com o Pessoal (-0,3%).

6. Evolução da Gestão do Conjunto das Entidades Compreendidas na Consolidação

A visão do município de Bragança consiste em transformar o concelho de Bragança num centro de incubação por excelência (inteligente, sustentável, conectado, inclusivo, inovador, autêntico e intelectual), de afirmação no espaço regional, nacional e internacional, criando uma forte marca própria, capaz de garantir as condições para o desenvolvimento sustentável, através do diálogo e proximidade com todos os agentes económicos locais, potenciando a participação cívica. Neste contexto, assume o compromisso com as gerações vindouras: garantir o desenvolvimento sustentável do Concelho, contribuindo para a melhoria da coesão territorial, social e económica e,

assim, a melhor qualidade de vida da sociedade em geral, para além do valor económico gerado pela nossa atividade diária.

O município de Bragança constituiu-se estrategicamente como um agente de desenvolvimento territorial, mobilizador de vontades e de parcerias.

Assim, e porque as pessoas estão sempre em primeiro lugar, a sua atuação é pautada pela busca contínua do desenvolvimento sustentável de Bragança, através da cooperação e diálogo com todos os agentes económicos, no sentido de ser estimulada a criação de riqueza e de emprego, garantindo igualdade de oportunidades e bem-estar para todos.

Bragança tem vindo a procurar afirmar-se como Ecocidade, tendo sido elaborado o “Plano Estratégico para a Ecocidade de Bragança”, sob o lema “fazer de Bragança um Município Classe A” e que pretende tornar Bragança numa Ecocidade moderna, capaz de atrair pessoas qualificadas e investimento, fazendo valer os seus recursos endógenos.

A Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark, durante o ano de 2015, manteve reuniões periódicas (mensais) para fazer o acompanhamento das atividades do PCT TMAD Brigantia Ecopark, planeando a estratégia de exploração, incluindo as atividades divulgação junto dos principais destinatários, procurando fontes de financiamento e executando projetos de interesse para o desenvolvimento do parque de ciência e tecnologia.

Durante o ano de 2015 foram continuadas e acabadas as obras do edifício principal. Este edifício foi inaugurado no dia 28 de Agosto de 2015, contando com a presença de S. Exa. o Primeiro Ministro da República Portuguesa, Dr. Pedro Passo Coelho.

Neste mesmo ano foi preparada e aprovada uma candidatura para um projeto de infraestruturas científicas. Este projeto foi preparado de acordo com o aviso 01-07-01-62-25 - SAIECT-IEC/2/2014 – EP I (overbooking) e referência NORTE-07-0162-FEDER-000141, tendo sido aprovado em 02-04-2015, com um prazo de execução muito curto. Neste projeto foi parceiro o Instituto Politécnico de Bragança com um orçamento de 260 917,29 euro (C/IVA) e a ADBEP com um orçamento de 1

144 887,11 euro (C/IVA), sendo o orçamento total de 1 405 804,40 euro (C/IVA) executado em 100%. Este projeto teve uma taxa de participação de 80%.

6.1 Análise Económico Financeira da Atividade Consolidada

A apreciação feita seguidamente tem como suporte o balanço consolidado e demonstração consolidada dos resultados por natureza, o mapa de fluxos de caixa consolidado, documentos contabilísticos de base.

O primeiro mapa abrange os elementos acumulados até à data. Sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial do grupo, onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa.

A demonstração consolidada dos resultados por natureza apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

Com o objetivo de analisar a situação financeira consolidada do grupo, apresenta seguidamente uma síntese do balanço consolidado relativo aos exercícios de 2014 e 2015.

Convém referir, neste ponto, que a alteração do perímetro de consolidação face ao ano anterior, pela internalização no município da empresa Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda., pelo que a comparabilidade de contas sempre que efetuada deverá ser corrigida dos efeitos que se repercutem nas respetivas contas.

No que se refere ao balanço consolidado, no exercício de 2015, apresenta um ativo líquido, no valor de 230.998.873,50 euros. O agregado que apresenta maior peso relativo é o ativo fixo, com uma representatividade de 91,37%, em termos absolutos de 211.063.953,13 euros. Na estrutura dos fundos próprios destaca-se o valor do património, representando 60,04% dos fundos próprios e passivo.

Ao nível do passivo, que representa 39,96% dos fundos próprios e passivo, a rubrica de dívidas a terceiros representa 10,41% do mesmo.

Quadro 2: Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL	SÍNTESE DA ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO				ANO DE 2015
	2015		2014		
	Valor	estrutura	Valor	estrutura	
ATIVO					
Ativo Fixo					
Bens de domínio público	104.421.151,58	45,20%	107.793.574,60	47,04%	
Imobilizações incorpóreas	333.126,80	0,14%	262.542,80	0,11%	
Imobilizações corpóreas	97.342.471,91	42,14%	101.253.562,33	44,19%	
Investimentos financeiros	8.967.202,84	3,88%	2.950.490,66	1,29%	
Total (Ativo Fixo)	211.063.953,13	91,37%	212.260.170,39	92,63%	
Ativo Circulante					
Existências	253.551,36	0,11%	278.363,57	0,12%	
Dívidas de terceiros	3.031.007,89	1,31%	2.961.620,91	1,29%	
Títulos negociáveis	0,00	0,00%	997,60	0,00%	
Depósitos em instituições financeiras e caixa	9.335.320,44	4,04%	6.459.529,00	2,82%	
Total (Ativo Circulante)	12.619.879,69	5,46%	9.700.511,08	4,23%	
Acréscimos e Diferimentos:					
Acréscimos de proventos	7.258.532,06	3,14%	7.136.709,44	3,11%	
Custos diferidos	56.508,62	0,02%	43.377,11	0,02%	
TOTAL (ATIVO)	230.998.873,50	100,00%	229.140.768,02	100,00%	
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO					
Fundos Próprios					
Património	100.199.159,24	43,38%	97.921.730,02	42,73%	
Ajustamento de partes de capital em empresas	-480,07	0,00%	0,00	0,00%	
Reservas	2.419.301,16	1,05%	2.425.619,76	1,06%	
Doações	14.678.759,87	6,35%	14.803.409,47	6,46%	
Diferenças de consolidação	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
Resultados transitados	16.628.506,06	7,20%	17.101.070,10	7,46%	
Resultado líquido do exercício atribuível ao Grupo	4.279.102,02	1,85%	2.466.220,75	1,08%	
Interesses minoritários	484.010,25	0,21%	483.103,29	0,21%	
Total (Fundos Próprios)	138.688.358,52	60,04%	135.201.153,39	59,00%	
Passivo					
Provisões para riscos e encargos	12.496.918,23	5,41%	12.604.263,70	5,50%	
Dívida a Terceiros - M/L prazos	5.375.669,37	2,33%	6.893.686,86	3,01%	
Dívida a Terceiros - Curto prazo	4.237.347,25	1,83%	4.366.132,72	1,91%	
Acréscimos e diferimentos		0,00%		0,00%	
Acréscimos de custos	1.052.297,73	0,46%	1.230.749,62	0,54%	
Proventos diferidos	69.148.282,40	29,93%	68.844.781,73	30,04%	
Total (Passivo)	92.310.514,98	39,96%	93.939.614,63	41,00%	
TOTAL (FUNDOS PRÓPRIOS+PASSIVO)	230.998.873,50	100,00%	229.140.768,02	100,00%	

Valores em euros

A evolução patrimonial no período 2014-2015 permite-nos concluir que o balanço consolidado sofre um incremento global em valor absoluto de 1.858.105,48 euros, ou seja, 0,81% repartida pelas seguintes rubricas:

ATIVO FIXO – Representando 91,37% do ativo líquido, apresenta um decréscimo em valores absolutos de 1.196.217,26 euros, ou seja, de 0,56%;

ATIVO CIRCULANTE – apresenta um aumento de 2.919.368,61 euros, em relação ao ano anterior, sendo as *disponibilidades* que mais contribuíram para esta variação;

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – provenientes da aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, compreendem os *acréscimos de proveitos* e os *custos diferidos* que apresentam incrementos na ordem dos de 121.822,62 euros e 13.131,51 euros, respetivamente;

FUNDOS PRÓPRIOS – Os fundos próprios registaram um acréscimo de 2,58%, ou seja, 3.487.205,13 euros. Da sua variada composição, apresenta maior relevância o *património* e o *resultado líquido do exercício atribuível ao grupo* que contribuíram positivamente com 2.277.429,22 euros e 1.812.881,27 euros, respetivamente;

PASSIVO – Esta componente, diminuída em 1,73%, deverá ser analisada segundo os vários contributos, ou seja, vertentes das provisões, dívidas a terceiros e acréscimos e diferimentos:

- ✓ no ano de 2015 as provisões para riscos e encargos diminuíram 107.345,47 euros;
- ✓ no que concerne ao passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de médio e longo e curto prazos apresentam, relativamente a 2014, uma redução de 1.646.802,96 euros;
- ✓ relativamente aos acréscimos e diferimentos, nomeadamente ao nível dos proveitos diferidos, em valores absolutos aumentaram 303.500,67 euros e representam globalmente 74,91% do passivo.

Ao nível da demonstração de resultados consolidada, o ano de 2015, apresenta custos totais no valor de 27.918.565,63 euros, sendo os proveitos no valor de 32.142.556,01 euros, o resultado líquido ascende a 4.223.990,38 euros. Este resultado regista, comparativamente a 2014, um aumento de 71,94%, e em valor absoluto 1.767.384,08 euros. Salientamos que o resultado líquido do período que surge no balanço não é coincidente com o evidenciado no final da demonstração de resultados em virtude da quota-parte associada aos interesses minoritários ser considerada

em linha autónoma do balanço. Deste modo, o resultado líquido que surge no balanço corresponde ao valor atribuível ao grupo público.

Analisando a estrutura dos custos do grupo municipal e por ordem de grandeza, os fornecimentos e serviços externos representam 37,33%, os custos com pessoal 23,76% e as amortizações 22,77%.

Ao nível dos proveitos, e igualmente por ordem de grandeza, as transferências e subsídios representam 44,13%, os impostos e taxas 22,19% e a prestação de serviços 10,10%.

O mapa de fluxos de caixa discrimina os recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, segmentando-a em corrente e capital, assim como valores cobrados para entrega a terceiros, ou seja, as operações de tesouraria.

Quadro 3: Resumo dos Fluxos de Caixa Consolidados

Fluxos de Caixa Consolidados	
Saldo da gerência anterior (2014)	6 460 526,60
Execução orçamental	5 184 138,41
Operações de tesouraria	1 276 388,19
Receita cobrada na gerência	34 349 296,33
Receitas orçamentais	32 709 837,53
Operações de tesouraria	1 639 458,80
Pagamentos efetuados na gerência	31 474 502,49
Despesas orçamentais	30 061 665,76
Operações de tesouraria	1 412 836,73
Saldo para a gerência seguinte (2016)	9 335 320,44
Execução orçamental	7 832 310,18
Operações de tesouraria	1 503 010,26

Valores em euros

A análise dos fluxos de caixa orçamentais revela que do saldo inicial de depósitos em instituições financeiras e caixa (saldo da gerência anterior), 5.184.138,41 euros tiveram origem na execução orçamental de 2014. Ao longo do exercício de 2015, as receitas orçamentais cobradas ascenderam a 34.349.296,33 euros e os pagamentos totalizaram 31.474.502,49 euros,

transitando para o ano de 2016 um saldo de execução orçamental no valor total de 7.832.310,28 euros.

Rácios

Com vista a ilustrar a situação financeira consolidada, procedeu-se à aplicação de alguns rácios, tendo por base a informação consolidada constante do Balanço e da Demonstração de Resultados.

Quadro 4: Rácios

Rácios	2014	2015
Liquidez Geral*	301,61%	376,87%
Liquidez Reduzida*	296,62%	372,07%
Liquidez Imediata*	38,17%	122,14%
Prazo de Segurança de Liquidez	62,92%	78,06%
Endividamento	41,00%	39,96%
Estrutura do Endividamento*	22,30%	22,84%
Autonomia Financeira	59,00%	60,04%
Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes	66,81%	68,26%
Rendibilidade do Capital Próprio	1,82%	3,09%

* Passivo circulante excluído da rubrica de proveitos diferidos

- ✓ **Rácio de Liquidez Geral** – mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante. Quanto maior for este rácio, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos.
- ✓ **Rácio de Liquidez Reduzida** – tal como o rácio anterior, mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, tendo no entanto em conta que

as existências não podem ser facilmente transformadas em dinheiro ou, pelo menos, que essa conversão será sempre a um valor mais baixo do que o de aquisição ou de produção.

- ✓ **Rácio de Liquidez Imediata** – revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades.
- ✓ **Prazo de Segurança de Liquidez** – indica o grau em que o ativo circulante, expurgado do valor das existências, permite fazer face aos custos e perdas operacionais.
- ✓ **Endividamento** – permite apurar o grau em que é utilizado o capital alheio para financiar a do grupo.
- ✓ **Estrutura do endividamento** – revela o peso das dívidas de curto prazo no capital (próprio e alheio) utilizado.
- ✓ **Autonomia Financeira** – mede a autonomia financeira face aos respetivos credores.
- ✓ **Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes** – mede o grau de cobertura do Imobilizado pelos Capitais permanentes. Deve ser superior a 100%, ou seja, o capital permanente deve cobrir o imobilizado líquido.
- ✓ **Rendibilidade do Capital Próprio** – reflete a rentabilidade contabilística da autarquia local num determinado exercício.

7. Factos Relevantes Após o Encerramento do Exercício

Mais se informa que não ocorreram fatos relevantes após o termo do exercício.



Balanço Consolidado

2015

[Handwritten signature and scribbles]

ENTIDADE		BALANÇO CONSOLIDADO			ANO DE 2015
GRUPO MUNICIPAL					
Código das contas do POCAL	Ativo	2015			2014
		AB	APA	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	5 255 100,20	0,00	5 255 100,20	5 251 877,92
452	Edifícios	468 261,67	113 613,58	354 648,09	358 895,28
453	Outras construções e infra-estruturas	134 642 206,68	43 262 372,56	91 379 834,12	94 272 806,77
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	1 349 964,71	238 535,74	1 111 428,97	1 116 197,20
459	Outros bens de domínio público	142 108,48	142 108,48	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	6 320 140,20	0,00	6 320 140,20	6 793 797,43
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		148 177 781,94	43 756 630,36	104 421 151,58	107 793 574,60
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	1 919 773,10	1 851 686,77	68 086,33	113 040,04
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	651 650,78	637 045,00	14 605,78	9 893,28
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	250 434,69	0,00	250 434,69	139 609,48
449	Adiantamentos por conta de Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		2 821 858,57	2 488 731,77	333 126,80	262 542,80
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	15 326 274,31	0,00	15 326 274,31	18 293 289,34
422	Edifícios e outras construções	84 339 676,86	10 473 288,24	73 866 388,62	67 165 933,70
423	Equipamento básico	8 142 689,94	5 543 782,27	2 598 907,67	689 773,82
424	Equipamento de transporte	4 684 817,94	3 877 120,75	807 697,19	637 368,09
425	Ferramentas e utensílios	1 175 107,72	1 006 374,34	168 733,38	185 530,36
426	Equipamento administrativo	2 784 658,57	2 330 651,95	454 006,62	359 457,47
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras Imobilizações corpóreas	142 701,55	128 839,79	13 861,76	12 509,23
442	Imobilizações em curso	4 106 602,36	0,00	4 106 602,36	13 909 700,32
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		120 702 529,25	23 360 057,34	97 342 471,91	101 253 562,33
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1 153 666,99	0,00	1 153 666,99	717 783,30
412	Obrigações e títulos de participação	1 506 185,25	0,00	1 506 185,25	1 506 185,25
414	Investimentos em imóveis	6 310 455,43	3 157,00	6 307 298,43	726 522,11
415	Outras aplicações financeiras	52,17	0,00	52,17	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de consolidação	0,00	0,00	0,00	0,00
		8 970 359,84	3 157,00	8 967 202,84	2 950 490,66
	Circulante:				
	Existências:				
35	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	253 551,36	0,00	253 551,36	278 363,57
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e Intermediários	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		253 551,36	0,00	253 551,36	278 363,57
282	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
281	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	0,00	0,00	0,00	45 996,77
212	Contribuintes c/c	78 705,38	0,00	78 705,38	92 143,23
213	Utentes c/c	620 801,98	0,00	620 801,98	558 743,30
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	639 721,60	582 832,73	56 888,87	138 984,09
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	18 759,83	0,00	18 759,83	407 432,18
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	2 255 851,83	0,00	2 255 851,83	1 718 321,34
		3 613 840,62	582 832,73	3 031 007,89	2 961 620,91
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	997,60
		0,00	0,00	0,00	997,60
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	9 193 327,75	0,00	9 193 327,75	6 444 101,90
11	Caixa	141 992,69	0,00	141 992,69	15 427,10
		9 335 320,44	0,00	9 335 320,44	6 459 529,00
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proventos	7 258 532,06	0,00	7 258 532,06	7 136 709,44
272	Custos diferidos	56 508,62	0,00	56 508,62	43 377,11
		7 315 040,68	0,00	7 315 040,68	7 180 086,55
	Total de amortizações		69 608 576,47		
	Total de provisões/ajustamentos		582 832,73		
	Total do activo	301 190 282,70	70 191 409,20	230 998 873,50	229 140 768,02

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		BALANÇO CONSOLIDADO		ANO DE 2015	
Código das contas do POCAL	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios			
		2015	2014		
	Fundos próprios:				
51	Património/capital	100.199.159,24	97.921.730,02		
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-480,07	0,00		
56	Reservas de reavaliação	0,00	128.598,53		
	Reservas:	0,00			
571	Reservas legais	2.419.301,16	2.297.021,23		
572	Reservas estatutárias	0,00			
573	Reservas contratuais	0,00			
574	Outras Reservas livres	0,00			
575	Subsídios	0,00			
576	Doações	14.678.759,87	14.803.409,47		
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00			
578+579	Outras reservas	0,00			
	Diferenças de consolidação	0,00	0,00		
59	Resultados transitados	16.628.506,06	17.101.070,10		
		133.925.246,25	132.251.829,35		
88	Resultado líquido do exercício atribuível ao Grupo	4.279.102,02	2.466.220,75		
	Total dos fundos próprios/capital próprio atribuível ao grupo	138.204.348,27	134.718.050,10		
	Interesses minoritários	484.010,25	483.103,29		
	Total dos fundos próprios/capital próprio	138.688.358,52	135.201.153,39		
	Passivo:				
292	Provisões para riscos e encargos	12.496.918,23	12.604.263,70		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)				
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	4.262.661,36	5.493.889,26		
2611+2614	Fornecedores de imobilizado c/c	37.158,76	108.781,35		
262+263+267+268	Outros credores	1.075.849,25	1.291.016,25		
		5.375.669,37	6.893.686,86		
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo				
2311	Empréstimos de curto prazo/Dividas a instituições de crédito	1.108.759,10	1.033.530,75		
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00		
2211+2212+2214+2215	Fornecedores c/c	91.068,68	474.747,95		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	735.015,79	662.471,33		
252	Credores pela execução do orçamento	0			
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	13.103,28	13.103,28		
2611+2614	Fornecedores de imobilizado c/c	496.696,15	587.290,48		
2612	Fornecedores imobilizado c/ cauções e garantias	0,00			
2613	Fornec. Imobiliz. - Fact. Recepção Conferencia	0,00			
24	Estado e outros entes públicos	175.301,01	215.436,35		
264	Administração autárquica	0,00	0,00		
262+263+265+267+268	Outros credores	296.051,90	262.910,52		
217	Credores de cauções	1.321.351,34	1.116.642,06		
		4.237.947,25	4.366.132,72		
	Acréscimos e Diferimentos:				
273	Acréscimos de Custos	1.052.297,73	1.230.749,62		
274	Proveitos diferidos	69.148.282,40	68.844.781,73		
		70.200.580,13	70.075.531,35		
	Total do passivo	92.310.514,98	93.939.614,63		
	Total dos fundos próprios e do passivo	230.998.873,50	229.140.768,02		

Valores em euros

Handwritten signatures and initials:
 - Top signature: [Illegible]
 - Middle signature: [Illegible]
 - Bottom signature: [Illegible]
 - Initials: [Illegible]

Demonstração Consolidada
dos Resultados

2015

[Handwritten signature]

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS		ANO DE 2015	
Código das Contas do POCAL		2015	2014		
	Custos e perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	556 149,26	932 132,23		
62	Fornecimentos e serviços externos:	10 422 141,54	10 715 258,63		
	Custos com o pessoal:	0,00			
641+642	Remunerações	5 156 274,42	5 071 001,67		
643 a 648	Encargos sociais	1 476 393,28	1 635 645,85		
63	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	956 378,41	951 413,80		
66	Amortizações do exercício	6 356 945,01	5 714 252,86		
67	Provisões do exercício	142 477,16	1 321 442,07		
65	Outros custos operacionais	146 585,10	45 611,03		
	(A)	25 213 344,18	26 386 758,14		
68	Custos e perdas financeiros	178 627,40	192 077,19		
	(C)	25 391 971,58	26 578 835,33		
69	Custos e perdas extraordinários	2 526 594,05	2 134 341,86		
	(E)	27 918 565,63	28 713 177,19		
	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00		
	(G)	27 918 565,63	28 713 177,19		
88	Resultado líquido do exercício	4 223 990,38	2 456 606,30		
	Atribuível ao Grupo público	4 279 102,02	2 466 220,75		
	Atribuível a interesses não controlados pelo Grupo	-55 111,64	-9 614,45		
	(X)	32 142 556,01	31 169 783,49		
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	0,00	105 789,62		
7112+7113	Venda de produtos	2 126 894,13	2 361 742,92		
712	Prestações de serviços	3 246 077,85	3 379 332,57		
72	Impostos e taxas	7 131 754,96	6 863 638,59		
(a)	Variação da produção	0,00	0,00		
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00		
73	Proveitos suplementares	9 585,22	24 064,84		
74	Transferências e subsídios obtidos/subsídios à exploração	14 182 959,82	14 201 649,00		
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B)	26 697 251,98	26 936 217,54		
78	Proveitos e ganhos financeiros	1 827 135,49	1 842 933,22		
	(D)	28 524 387,47	28 779 150,76		
79	Proveitos e ganhos extraordinários	3 618 168,54	2 390 632,73		
	(F)	32 142 556,01	31 169 783,49		
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	1 483 907,80	549 459,40		
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	1 648 508,09	1 650 856,03		
	Resultados Correntes: (D - C)	3 132 415,89	2 200 315,43		
	Resultado Líquido de Exercício: (F - G)	4 223 990,38	2 456 606,30		

Valores em euros

Mapa de Fluxos de Caixa
Consolidado

2015

[Handwritten signature and initials]

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO		ANO DE 2015 Período: 2015/01/01 a 2015/12/31	
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo gerência anterior		6 460 526,60	Despesas orçamentais		30 061 665,76
Execução Orçamental	5 184 138,41		Correntes	19 612 008,07	
Operações de Tesouraria	1 276 388,19		Capital	10 449 657,69	
Receitas orçamentais		32 709 837,53	Operações de tesouraria		1 412 836,73
Correntes	27 921 324,50				
Capital	4 776 628,83		Saldo para a gerência seguinte		9 335 320,44
Outras	11 884,20		Execução orçamental	7 832 310,18	
Operações de Tesouraria		1 639 458,80	Operações de tesouraria	1 503 010,26	
Total		40 809 822,93	Total		40 809 822,93

Valores em euros

Órgão executivo
Em ____ de ____ de 2016

Órgão deliberativo
Em ____ de ____ de 2016

Anexos às Demonstrações
Financeiras Consolidadas

2015

[Handwritten signatures and initials]

De harmonia com o preceituado no RFALEI, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem obrigatoriamente o anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Igualmente é referido que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo, remetendo assim para a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprova a orientação n.º 1/2010 «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo».

Segundo a referida orientação, estes documentos devem seguir a estrutura idêntica à prevista no POCAL, tendo sido sugerido pelo SATAPOCAL o modelo de estrutura do anexo. Considerando que o modelo de estrutura foi adaptado para um perímetro de consolidação cujas entidades fossem detidas a 100%, sempre que se considerar que as mesmas não se encontram ajustadas ao atual perímetro será efetuada a respetiva referência.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial do modelo sugerido. As notas não mencionadas ou não são aplicáveis ou dizem respeito a factos ou a situações que não existe informação disponível para divulgação, mantendo-se contudo a referida ordenação.

1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

A entidade consolidante é o **município de Bragança**. Enquanto pessoa coletiva territorial de âmbito municipal, através dos seus órgãos, visa a prossecução dos interesses próprios da

população que representa, desempenhando funções no âmbito das suas atribuições e que se encontram dispostas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013.

As entidades que são incluídas no perímetro de consolidação do município, ou seja, as que cumprem os critérios elencados no artigo 75.º do RFALEI, são as seguintes:

A Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo a promoção, lançamento e gestão do Brigantia EcoPark – Parque de Ciência e Tecnologia e visa contribuir para o desenvolvimento económico da região em que se insere, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior. Esta associação, com sede no concelho de Bragança, tem como associados fundadores o município de Bragança, o Instituto Politécnico de Bragança, o município de Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto.

A Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., tem como missão a produção de fotografia aérea, cadastro, cartografia, ortofotomapas, cadastro de infraestruturas, formação, sistemas de informação geográfica, geolocalização de viaturas, operar com tecnologia LiDAR, laser terrestre, videogrametria e desenvolvimento de aplicações. Tem a sua sede no Taguspark, Av. Prof. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11 – 3.º B, Porto Salvo, Oeiras.

As restantes entidades incluídas no quadro n.º 1 são excluídas do perímetro de consolidação, por não se enquadrarem no disposto no RFALEI.



Quadro 5: Trabalhadores ao Serviço por Categoria

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2015

Categoria	N.º de Trabalhadores			Total
	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Bragançã EcoPark	Municipal - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	
Executivo/Administrador	4			4
Dirigente	10			10
Técnico superior	40	1		41
Assistente técnico	78			78
Assistente operacional	209	1		210
Informática	4			4
Outros	11			11
TOTAL	356	2	0	358

Nota: não foi preenchido o n.º de trabalhadores da entidade Municipal dada a insignificância da participação

2 – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As entidades participadas utilizam como sistema de contabilidade o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e o município de Bragança o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Assim, foi necessário homogeneizar a informação para um único sistema, ou seja, o utilizado pela entidade consolidante (POCAL).

O município (entidade-mãe) deve aplicar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os critérios de valorimetria utilizados nas suas próprias demonstrações financeiras, pelo que os elementos do ativo, do passivo e dos fundos próprios/capital próprio, a incluir nas demonstrações financeiras consolidadas, devem ser valorizados segundo critérios de valorimetria uniformes ao grupo municipal e de acordo com o disposto no ponto 4 «Critérios de valorimetria» do POCAL.

Não foram identificadas situações em que a aplicação das normas de consolidação não fosse suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

Não foram afastadas normas de consolidação.

No presente exercício a empresa Terra Fria Carnes, deixou de ser incluída no perímetro de consolidação por ter sido internalizada no Município.

3 – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Tal como consta no quadro n.º 1, e já referido anteriormente, foi utilizado o método de consolidação integral e equivalência patrimonial.

Para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15 «Investimentos em subsidiárias e consolidação», consistindo o mesmo na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

As operações subjacentes a este método de consolidação são:

1. Homogeneização (temporal e valorativa) da informação;
2. Agregação (soma) de dados;
3. Anulação dos movimentos contabilísticos resultantes das operações internas.

O método de equivalência patrimonial consiste na substituição, no balanço da entidade consolidante, do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

As datas usadas na preparação das demonstrações financeiras são reportadas a 31 de dezembro de 2015, tendo sido combinadas as demonstrações financeiras da entidade mãe e suas participadas, linha a linha, adicionando itens idênticos de ativos, passivos, capital próprio, proveitos e custos.

A fim de que as demonstrações financeiras consolidadas apresentem informação acerca do grupo como se de uma única entidade se tratasse, foram dados os seguintes passos:



- a) Eliminação da participação financeira da empresa detentora e dos capitais próprios da participada;
- b) A eliminação das operações internas obedeceu, designadamente, às seguintes anulações recíprocas:
- ✓ Créditos e débitos — Para a elaboração do balanço consolidado, os créditos e débitos, entre as entidades que integram o perímetro de consolidação;
 - ✓ Custos e proveitos — Para a elaboração da demonstração consolidada dos resultados, os custos e proveitos, relativos às operações efetuadas entre as entidades que integram o perímetro de consolidação.

3. a) e b)

Correções de Consolidação

Eliminação dos investimentos financeiros

	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark	Investimentos financeiros a eliminar
Investimentos financeiros	1 600 000,00		
Património		2 159 000,00	2 159 000,00
Investimentos financeiros a eliminar (interesses minoritários)			-559 000,00

Valores em euros

Município de Bragança	
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark	
Participação	1.600.000,00
Eliminação do MEP - Custos e perdas financeiros	-144.889,43
Eliminação do MEP - Custos e perdas extraordinários	-56.896,22
Município	
Aplicação do MEP	207,70
	1.398.422,05

Valores em euros

Município de Bragança	
Eliminação dos investimentos Financeiros	559 000,00
Participação nos Resultados Transitados	-19 878,12
Participação nos Resultados Líquidos	-55 111,64
	484 010,25

Valores em euros

Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial com a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

Município de Bragança	
Investimentos financeiros - valor contabilístico	24 939,80
Investimentos financeiros - valor aplicando o MEP	24 732,10
Participação nos resultados anos anteriores (Resultados Transitados /Balanço)	-207,70
Ganhos na participada (DR)	272,37
Ajustamentos de partes de capital em empresas	-480,07

Valores em euros

Eliminação das operações recíprocas

1. Resumo das operações entre entidades do grupo municipal – anulação de Saldos

	41 - Investimentos financeiros	51 - Património
Camara Municipal Bragança	1 600 000,00	
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark		1 600 000,00

Valores em euros

2. Resumo das operações entre entidades do grupo municipal – anulação de transações

	62 - Fornecimentos e serviços externos	71.1 - Vendas de produtos
Município de Bragança	59 900,00	
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark		59 900,00

Valores em euros

4 - Informações relativas ao endividamento

Embora a estrutura sugerida do modelo refira, neste ponto, exclusivamente o endividamento de médio e longo prazos informamos, complementarmente, sobre as dívidas de médio e longo prazos cujo grau de exigibilidade será de curto prazo.

4 a) – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

O grupo municipal apresenta o seguinte endividamento de médio e longo prazos:

Quadro 6: Endividamento de Médio e Longo Prazos Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal		ANO: 2015				
Código / designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos			Eliminação de créditos/dívidas recíprocos	Grupo público consolidado	
	b)		Total			
	Município de Bragança	Aprovação para o desenvolvimento do Bragança EcoPark				
1	2	3	5=1+2+3+4	6	7=5-6	
23.1.2	Empréstimos de médio e longo prazo					
	Banco Bilbao Vizcaya	723 487,38		723 487,38	723 487,38	
	Banco Bilbao Vizcaya	999 999,96		999 999,96	999 999,96	
	Banco Bilbao Vizcaya	1 041 666,63		1 041 666,63	1 041 666,63	
	Caixa Geral Depósitos	137 015,30		137 015,30	137 015,30	
	Caixa Geral Depósitos	138 777,00		138 777,00	138 777,00	
	Caixa Crédito Agrícola Mútuo	523 494,46		523 494,46	523 494,46	
	Inst. F. Desenv. Regional I.P	382 460,31		382 460,31	382 460,31	
	Banco Popular Portugal, S.A	315 760,32		315 760,32	315 760,32	
26.1.1	Fornecedores de imobilizado c/c	37 158,76		37 158,76	37 158,76	
26.8	Outros Devedores - FAM	1 075 849,25		1 075 849,25	1 075 849,25	
TOTAL		5 375 669,37	0,00	5 375 669,37	0,00	

a) A desagregar de acordo com as rubricas de balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros - médio e longo prazo

b) A desagregar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

Valores em euros

4 b) – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos – exigibilidade de curto prazo

Considerando que as entidades participadas refletem nas suas demonstrações financeiras os seus passivos com entidades, discriminados conforme o grau de exigibilidade, o quadro seguinte

informa sobre o endividamento com entidades financeiras e fornecedores de imobilizado, cuja exigibilidade é de curto prazo:

Quadro 7: Endividamento de Curto Prazo Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal ANO: 2015

Código / Designação das contas (1)	Dívidas a terceiros - de curto prazo (2)			Eliminação de Créditos/dívidas recíprocos (5)	Grupo público consolidado (6)
	Município de Bragança (7)	Associação para o Desenvolvimento do Bragança Interior (8)	Total (3=7+8+4)		
23.1.1 Empréstimos de curto prazo					
Banco Bilbao Vizcaya	86 818,44		86 818,44		86 818,44
Banco Bilbao Vizcaya	83 333,34		83 333,34		83 333,34
Banco Bilbao Vizcaya	83 333,34		83 333,34		83 333,34
Novo banco	49 856,12		49 856,12		49 856,12
Novo banco	95 426,16		95 426,16		95 426,16
Banco Português Investimento	36 948,01		36 948,01		36 948,01
Caixa Geral Depósitos	99 216,84		99 216,84		99 216,84
Caixa Geral Depósitos	277 554,00		277 554,00		277 554,00
Caixa Crédito Agrícola Mútuo	34 173,68	80 000,00	114 173,68		114 173,68
Inst. F. Desenv. Regional I.P	29 036,37		29 036,37		29 036,37
Banco Popular Portugal, S.A	153 062,80		153 062,80		153 062,80
26.1.1 Fornecedores de imobilizado					
Direção Geral do Património	71 631,27		71 631,27		71 631,27
26.8 Outros Devedores - FAM	215 168,00		215 168,00		215 168,00
TOTAL	1 315 558,37	80 000,00	1 395 558,37	0,00	1 395 558,37

a) embora a natureza das dívidas seja de médio e longo prazo, o grau de exigibilidade (obrigação de pagamento) é de curto prazo Valores em euros

4 c) – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial

O grupo municipal apresentará, numa ótica previsional, as seguintes dívidas a terceiros em 31 de dezembro de 2019:

Quadro 8: Montante Total da Dívida a Terceiros Consolidada em 2019

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2015

Código / designação das contas (1)	Capital em Dívida em 31/12/2015			Pagamentos previstos durante os próximos 12 meses		Total dos pagamentos previstos Grupo Público Consolidado (8)=7+4	Capital Consolidado Previsível em Dívida no fim de 2019 (10)=5+8
	Município de Bragança (2)	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark (3)	Total Grupo Público Consolidado (5)=2+3+4	Município de Bragança (6)	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark (7)		
Banco Bilbao Vizcaya	810 305,82		810 305,82	347 273,76		347 273,76	463 032,06
Banco Bilbao Vizcaya	1 083 333,30		1 083 333,30	333 333,36		333 333,36	749 999,94
Banco Bilbao Vizcaya	1 124 999,97		1 124 999,97	333 333,36		333 333,36	791 666,61
Novo banco	49 856,12		49 856,12	49 856,12		49 856,12	0,00
Novo banco	95 426,16		95 426,16	95 426,16		95 426,16	0,00
Banco Português Investimento	36 948,01		36 948,01	36 948,01		36 948,01	0,00
Caixa Geral Depósitos	236 232,14		236 232,14	236 232,14		236 232,14	0,00
Caixa Geral Depósitos	416 331,00		416 331,00	416 331,00		416 331,00	0,00
Caixa Crédito Agrícola Mútuo	557 668,14	80 000,00	637 668,14	213 215,68		213 215,68	424 452,46
Inst. F. Desenv. Regional I.P	411 496,68		411 496,68	111 784,76		111 784,76	299 711,92
Banco Popular Portugal, S.A	468 823,12		468 823,12	468 823,12		468 823,12	0,00
Dirção Geral do Património	108 790,03		108 790,03	108 790,03		108 790,03	0,00
Outros Devedores - FAM	1 291 017,25		1 291 017,25	860 676,00		860 676,00	430 341,25
TOTAL	6 691 227,74	80 000,00	6 771 227,74	3 612 023,50	0,00	3 612 023,50	3 159 204,24

Nota: Este quadro inclui igualmente as dívidas cujo grau de exigibilidade é considerada de curto prazo

Valores em euros

5 – Informações sobre saldos e fluxos financeiros

O mapa seguinte apresenta os saldos e fluxos financeiros entre a entidade consolidante e as entidades consolidadas.

Quadro 9: Saldos e Fluxos Financeiros entre o Município de Bragança e a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark

Tipo de fluxos	Município de Bragança e Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark									
	Débitos/pagamentos					Créditos/recebimentos				
	Saldo inicial	Saldo inicial	Adições no exercício	Subtracções no exercício	Saldo final	Saldo inicial	Créditos contabilizados no exercício	Adições no exercício	Subtracções no exercício	Saldo final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(6)+(8)-(9)	
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações comerciais		59 900,00		59 900,00	0,00		59 900,00		59 900,00	0,00
Participações do capital em numerário		600 000,00		600 000,00	0,00		600 000,00		600 000,00	0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	0,00	659 900,00	0,00	659 900,00	0,00	0,00	659 900,00	0,00	659 900,00	0,00

Valores em euros

6 – Informações relativas a compromissos

6 a) Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros.

Não figuram no balanço consolidado os encargos financeiros com juros de empréstimos a pagar em exercícios futuros. Com carácter previsional o município presume que para o ano de 2016 os mesmos ascendam a 122.600,00 euros.

O município de Bragança apresenta nas contas individuais o valor de 3.678.863,52 euros de compromissos assumidos para exercícios futuros, desagregados nos seguintes agrupamentos económicos:

01 – Despesas com o pessoal	143.867,83 euros
02 – Aquisição de Bens e Serviços	1.002.842,33 euros
04 – Transferências correntes	51.718,32 euros
07 – Aquisição de bens de capital	1.189.418,79 euros
09 – Ativos financeiros	1.291.016,25 euros

7 – Informações relativas a políticas contabilísticas

O setor privado já utiliza o SNC – Sistema de Normalização Contabilística que transpõe para o Direito Interno as Normas Internacionais de Contabilidade, enquanto que os vários Planos setoriais de Contabilidade do Setor Público, neste caso particular o POCAL, ainda não fizeram aquela transposição, obrigando a conversões, nomeadamente quando o perímetro engloba entidades que utilizam o SNC.

Os critérios valorimétricos utilizados pela entidade consolidante, relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões, são os seguintes:

Imobilizado: Regra geral, o ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respectivos critérios de valorização.

Amortizações: O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, de acordo com o ponto 2.7.2. do POCAL.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando as taxas de amortização definidas no CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

Existências: São valorizadas ao custo de aquisição ou produção, sem prejuízo das exceções consideradas no ponto 4.2. do POCAL relativamente aos critérios valorimétricos. O método de custeio das saídas de armazém é o do custo médio ponderado.

Dívidas de e a Terceiros: As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Provisões: O POCAL estabelece um conjunto de princípios contabilísticos, entre os quais o princípio da prudência, cuja aplicação deverá conduzir à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da entidade. Decorre da aplicação deste princípio a possibilidade de integração nas contas de um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou de provisões excessivas ou a deliberada quantificação de ativos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso.

Considerando que a constituição de provisões deve respeitar apenas as situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às suas necessidades, são contabilizadas as seguintes provisões:



- ✓ **Provisões para cobrança duvidosa** - Quanto às dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, são constituídas provisões segundo o estabelecido no 2.7.1 do POCAL. Nestes termos, foi considerada a provisão de 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses e a provisão de 100% para aquelas que se encontram em mora há mais de 12 meses.

- ✓ **Provisões para riscos e encargos, processos judiciais em curso** - Esta conta serve para registar as responsabilidades de natureza específica e provável, derivadas da instauração de processos judiciais e cuja resolução pelos tribunais está em curso.

- ✓ **Provisões para investimentos financeiros** – Esta conta serve para registar as diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo preço de mercado, quando este for inferior àquele.

Acréscimos e Diferimentos: Os custos e proveitos são contabilizados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo que são reconhecidos à medida que são incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Disponibilidades: As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

8. Informações relativas a determinadas rubricas

8 a) – As despesas de instalação, investigação e desenvolvimento do exercício, perfazem o valor de 537.257,23 euros e são relativas à aquisição de serviços para a elaboração de vários projetos de reabilitação urbana, revitalização sociocultural do centro histórico, adaptação de um edifício para o Memorial e Centro de Documentação – Bragança Sefardita, estudos no âmbito de uma mobilidade sustentável, entre outros. Parte do valor referido resulta de transferências de imobilizado em curso, com elevada antiguidade e já inteiramente amortizadas.

8 b) – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço consolidado, e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões.

Quadro 10: Mapa do Ativo Bruto Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal		ANO:2015		
Rubricas	Saldo inicial grupo público	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final grupo público
Activo Bruto				
41 Investimentos financeiros:	3.365.471,54	20.954,98	5.583.933,32	8.970.359,84
4111 Associações de municípios	54.326,89	0,00		54.326,89
4112 Empresas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00
4113 Empresas privadas ou cooperativas	3.741,00	0,00	0,00	3.741,00
4114 Empresas publicas	1.074.696,29	20.902,81		1.095.599,10
4122 Obrigações e títulos de participação - FAM	1.506.185,25	0,00	0,00	1.506.185,25
4141 Inv. Imóveis - Terrenos e recursos naturais	713.079,59	0,00	0,00	713.079,59
4142 Inv. Imóveis- Edifícios e outras construções	13.442,52	0,00	5.583.933,32	5.597.375,84
4153 Outras aplicações financeiras - Outros títulos	0,00	52,17		52,17
42 Imobilizações corpóreas:	122.999.010,28	23.051.703,36	-15.348.184,39	120.702.529,25
421 Terrenos e recursos naturais	18.293.289,34	2.500,10	-2.969.515,19	15.326.274,31
422 Edifícios e outras construções	77.321.121,46	8.677.807,98	-1.659.252,58	84.339.676,86
423 Equipamento básico	5.907.924,88	2.557.711,41	277.053,65	8.142.689,94
424 Equipamento de transporte	4.320.353,24	364.464,70	0,00	4.684.817,94
425 Ferramentas e utensílios	1.156.989,40	4.213,35	13.904,97	1.175.107,72
426 Equipamento administrativo	2.541.151,12	264.678,51	-21.171,06	2.784.658,57
429 Outras Imobilizações Corpóreas	148.480,52	6.811,04	-12.590,01	142.701,55
442 Imobilizações em Curso	13.909.700,32	1.173.516,27	-10.976.614,23	4.106.602,36
43 Imobilizações incorpóreas:	2.284.601,34	136.962,71	400.294,52	2.821.858,57
431 Despesas de instalação	1.919.773,10	0,00	0,00	1.919.773,10
432 Despesas de Investigação e Desenvolvimento	225.218,76	26.137,50	400.294,52	651.650,78
443 Imobilizações em Curso	139.609,48	110.825,21	0,00	250.434,69
45 Bens de domínio público	146.642.848,04	1.992.261,53	-457.327,63	148.177.781,94
451 Terrenos e recursos naturais	5.251.877,92	3.222,28	0,00	5.255.100,20
452 Edifícios	468.261,67	0,00	0,00	468.261,67
453 Outras construções	132.638.313,83	5.049,21	1.998.843,64	134.642.206,68
455 Bens do património histórico	1.348.488,71	1.476,00	0,00	1.349.964,71
459 Outros bens do domínio publico	142.108,48	0,00	0,00	142.108,48
445 Imobilizações em Curso	6.793.797,43	1.982.514,04	-2.456.171,27	6.320.140,20
TOTAL	275.291.931,20	15.201.882,58	-9.821.284,18	280.672.529,60

Valores em euros

Quadro 11: Mapa das Amortizações e Provisões Acumuladas Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal		ANO:2015				
Índices	Saldo Inicial Grupo Público	Reforços	Regularizações	Eliminação do saldo da Terra Fria Carnes, Lda.	Saldo Final Grupo Público	
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	62.616.779,93	8.827.932,24	760.453,23	1.075.682,47	69.608.576,47
48.1	De Investimentos em Imóveis	0,00	3.157,00	0,00	0,00	3.157,00
48.1.2	Edifícios e Outras Construções	0,00	3.157,00	0,00	0,00	3.157,00
48.2	De Imobilizações Corpóreas	21.745.447,95	3.449.013,61	758.721,75	1.075.682,47	23.360.057,34
48.2.2	Edifícios e Outras Construções	10.155.187,76	1.340.962,73	714.086,42	308.775,83	10.473.288,24
48.2.3	Equipamento básico	4.618.151,06	1.616.350,03	38.704,56	652.014,26	5.543.782,27
48.2.4	Equipamento de transporte	3.682.985,15	241.512,54		47.376,94	3.877.120,75
48.2.5	Ferramentas e utensílios	971.459,04	34.915,30		0,00	1.006.374,34
48.2.6	Equipamento administrativo	2.181.693,65	212.053,79	5.930,77	57.164,72	2.330.651,95
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	135.971,29	3.219,22	0,00	10.350,72	128.839,79
48.3	De Imobilizações Incorpóreas	2.022.058,54	466.673,23	0,00	0,00	2.488.731,77
48.3.1	Despesas de instalação	1.806.733,06	44.953,71		0,00	1.851.686,77
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	215.325,48	421.719,52			637.045,00
48.5	Bens de Domínio Público	38.849.273,44	4.909.088,40	1.731,48	0,00	43.756.630,36
48.5.2	Edifícios	109.366,39	4.247,19		0,00	113.613,58
48.5.3	Outras construções	38.365.507,06	4.898.596,98	1.731,48	0,00	43.262.372,56
48.5.5	Bens do património histórico, artist. e cultural	232.291,51	6.244,23		0,00	238.535,74
48.5.9	Outros bens de domínio público	142.108,48	0,00		0,00	142.108,48
49	PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	414.980,88	0,00	414.980,88	0,00	0,00
49.1	Partes de capital	414.980,88		414.980,88	0,00	0,00
TOTAL		63.031.760,81	8.827.932,24	1.175.434,11	1.075.682,47	69.608.576,47

Valores em euros

As **amortizações acumuladas do grupo público** apresentam no final do ano de 2015 e em termos absolutos 69.608.576,47 euros, resultante da incrementação ao saldo inicial, no valor de 63.031.760,81 euros de 8.827.932,24 euros de aumentos e 2.251.116,58 euros de diminuições. Os aumentos são provenientes de reforços do exercício no montante de 6.360.102,01 euros e 2.467.830,23 euros referentes a exercícios anteriores relevadas na conta «59 - Resultados transitados». No que respeita às regularizações (diminuições), no valor de 1.836.135,70 euros são provenientes de abates e pela eliminação do consolidado do saldo da empresa Terra Fria Carnes, Lda., pela sua internalização no município de Bragança.

O seguinte quadro apresenta os valores globais repartidos pelas entidades que compreendem o grupo público:

Quadro 12: Amortizações Acumuladas Repartidas pelas Entidades do Grupo Público

	Saldo Inicial	Reforços		Regularizações	Saldo Final
		Exercício	Exercícios anteriores		
Município de Bragança	61.541.097,46	5.947.429,89	2.467.830,23	760.453,23	69.195.904,35
Brigantia EcoPark	0,00	412.672,12			412.672,12
Terra Fria Carnes, Lda.	1.075.682,47			1.075.682,47	0,00
Total do Grupo Público	62.616.779,93	6.360.102,01	2.467.830,23	1.836.135,70	69.608.576,47

Valores em euros

As **provisões para investimentos financeiros acumuladas do grupo público** não apresentam valor no final do ano de 2015, consequência da extinção durante o exercício de 2015 da sociedade de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. absorvida pela sociedade Águas do Norte, S.A. e cujas contas provisórias de 2015 não justificam a necessidade da constituição de qualquer provisão.

8 j) – Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades

Quadro 13: Repartição do Valor Líquido Consolidado das Vendas e das Prestações de Serviços

Designação	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Total
Vendas	2 126 894,13	0,00	2 126 894,13
Prestação de serviços	3 246 077,85	0,00	3 246 077,85
TOTAL	5 372 971,98	0,00	5 372 971,98

Valores em euros

Detalhando as vendas expressas no quadro, as principais componentes são referentes à venda da água de abastecimento público no valor de 1.443.909,20 euros, e eletricidade com 672.610,72 euros.

No que concerne às prestações de serviços, os resíduos sólidos evidenciam a maior parcela de proveitos no valor de 1.526.846,79 euros. Dos restantes proveitos, o valor que nos parece de evidenciar diz respeito às rendas e alugueres no valor de 718.602,50 euros.

8 m) – Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização no desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

Quadro 14: Remunerações aos Membros dos Órgãos Executivo e Deliberativo das Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

	Remunerações a)		
	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Total
Órgão Executivo	178.895,56	0,00	178.895,56
Órgão Deliberativo	37.847,29	0,00	37.847,29
TOTAL	216.742,85	0,00	216.742,85

a) Considerado o princípio da especialização dos exercícios

Valores em euros

8 p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

No exercício de 2015 foi efetuado o levantamento do imobilizado de domínio privado que se encontra temporariamente cedido. A sua regularização originou acréscimos em investimentos financeiros no valor de 5.567.313,11 euros, pelo que as contas de balanço que sofreram os referidos ajustamento não são comparáveis com o exercício anterior.

8 q) – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

ENTIDADE GRUPO MUNICIPAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADA				ANO DE 2015	
Código das contas	Custos e perdas	Exercício		Código das contas	Proventos e ganhos	Exercício	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros suportados	158 730,39	168 759,45	781	Juros obtidos	40 144,56	24 380,57
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	272,37	282,68
683	Amortizações de investimentos em Imóveis	3 157,00	0,00	783	Rendimento de imóveis	1 773 359,34	1 795 393,33
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	2 000,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	8 750,67
688	Outros custos e perdas financeiras	16 740,01	21 317,74	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	14 101,90
				788	Outros proventos e ganhos financeiros	13 359,22	24,07
	Resultados financeiros	1 648 508,09	1 650 856,03			1 827 135,49	1 842 933,22
		1 827 135,49	1 842 933,22				

Valores em euros

8 r) – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

ENTIDADE GRUPO MUNICIPAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS CONSOLIDADA				ANO DE 2015	
Código das contas	Custos e perdas	Exercício		Código das contas	Proventos e ganhos	Exercício	
		2015	2014			2015	2014
691	Transferências de capital concedidas	1 961 089,58	1 416 624,24	791	Restituição de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis		0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	17 217,62	0,00	793	Ganhos em existências	38 111,26	6 210,05
694	Perdas em imobilizações	130 305,66	18 817,27	794	Ganhos em imobilizações	189 929,58	34 812,29
695	Multas e penalidades		154,50	795	Benefícios e penalidades contratuais	39 933,81	46 707,73
696	Aumentos de amortizações e provisões		414 980,88	796	Reduções de amortizações e provisões	544 883,27	0,00
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	405 453,39	115 435,84	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	178 337,42	279 040,57
698	Outros custos e perdas extraordinários	12 527,80	168 289,13	798	Outros proventos e ganhos extraordinários	2 626 979,20	2 023 395,29
	Resultados extraordinários	1 091 574,49	255 864,07			3 618 168,54	2 390 165,93
		3 618 168,54	2 390 165,93				

Valores em euros

8 s) Movimentos ocorridos nas provisões

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		MAPA DAS PROVISÕES CONSOLIDADO			ANO DE 2015
Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	436 814,13	163 677,86	17 659,26	582 832,73
292	Provisões para riscos e encargos	12 604 263,70	22 556,92	129 902,39	12 496 918,23
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros	414 980,88		414 980,88	0,00
TOTAL		13 456 058,71	186 234,78	562 542,53	13 079 750,96

Valores em euros

A conta de clientes, contribuintes e utentes, de acordo com o risco de incobrabilidade dos respetivos créditos sobre clientes e utentes, sofreu um incremento no exercício de 2015, de 163.677,86 euros. Pela internalização da empresa Terra Fria Carnes, Lda., foram extintos, por se encontrarem incluídos no município, os créditos sobre clientes que se encontravam provisionados no valor de 17.659,26 euros.

As provisões para riscos e encargos - processos judiciais em curso - de acordo com os processos instaurados e que se encontram pendentes em 31 de dezembro de 2015, sobre os quais coube recurso para os tribunais competentes, ascendem ao valor global considerado previsível de 12.496.918,23 euros. Durante o exercício de 2015 procedeu-se à diminuição das provisões no valor de 129.902,39 euros, reflexo do término de ações judiciais pendentes e concluídas a favor do município.

O município de Bragança considerou dar especial importância ao princípio da prudência, encontrando-se provisionada a totalidade da dívida que o próprio impugnou, por considerar indevida, à sociedade de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., cujo valor ascende a 3.764.784,31 euros. De salientar neste ponto que, a integração nas contas do município dos clientes provenientes empresa Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda., cuja incobrabilidade dos créditos já se encontrava reconhecida, encontra-se particularizada, tendo originado um aumento de 22.556,92 euros.

Procedeu-se à anulação da provisão para investimentos financeiros, no valor de 414.980,88 euros, oriunda da extinção durante o exercício de 2015 da sociedade de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. absorvida pela sociedade Águas do Norte, S.A. e cujas contas provisórias de 2015 não justificam a necessidade da constituição de qualquer provisão.

9. Informações diversas

9 b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Seguidamente apresenta-se o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Quadro 15: Mapa da Dívida Bruta Consolidada

Dívida Bruta Consolidada	Saldo a 31/12/2015
Médio e longo prazos	5 375 669,37
Instituições Financeiras	4 262 661,36
Fornecedores de Imobilizado c/c	37 158,76
Outros Credores	1 075 849,25
Curto prazo	4 237 347,25
Instituições Financeiras	1 108 759,10
Fornecedores c/c	91 068,68
Fornecedores - faturas em receção e conferência	735 015,79
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	13 103,28
Fornecedores de imobilizado c/c	496 696,15
Estado e outros entes públicos	175 301,01
Administração Autárquica	0,00
Outros credores	296 051,90
Credores de Cauções	1 321 351,34
TOTAL	9 613 016,62

Valores em euros

Certificação Legal das
Contas Consolidadas

2015

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

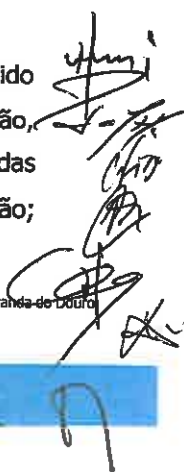
1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município de Bragança**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de ativo líquido de 230.998.873,50 € e um total de fundos próprios de 138.688.358,52 €, incluindo um resultado líquido de 4.223.990,38 €), a Demonstração consolidada dos resultados e o Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos **7.1.** e **7.2.** abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;



- a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidados com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

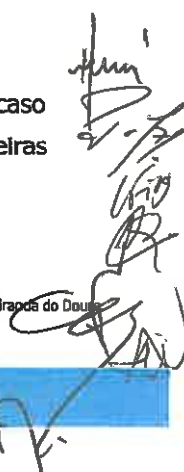
RESERVAS

7. Foram verificadas as seguintes situações que constituíram reservas:

- 7.1. O processo de levantamento e conciliação entre o património imobiliário patente nos registos da Administração Tributária, nas inscrições da Conservatória do Registo Predial e no inventário contabilístico e o processo de decomposição e regularização das rubricas de imobilizado em curso e subsídios ao investimento encontram-se em desenvolvimento. Desta forma, não nos podemos pronunciar e não nos pronunciamos quanto aos efeitos destas situações nos ativos, passivos, fundos próprios e resultados do período.
- 7.2. Encontra-se em fase de implementação pelo Município o sistema de contabilidade de custos, nos termos do referido pelo ponto 2.8.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), razão pela qual não nos podemos pronunciar, e não nos pronunciamos, quanto aos seus eventuais efeitos.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7.1. e 7.2., as referidas demonstrações financeiras



apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Município de Bragança** em 31 de dezembro de 2015

9. e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor das Autarquias Locais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

ÊNFASES

10. Sem afetar as opiniões expressas nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para as situações seguintes:

10.1. Conforme referido na nota 8 s), o Município instaurou ações judiciais no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela contra a empresa "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A." a reclamar a anulação de parte da faturação que considera indevida. Nestas circunstâncias, e até que seja proferida decisão judicial, releva uma provisão no valor de 3.764.784,31 € pelo valor contestado.

10.2. Agindo em conformidade com o parecer emitido pela Associação Nacional de Municípios, foi considerado que as amortizações ordinárias dos empréstimos de médio e longo prazo são consideradas relevantes para o cumprimento do disposto no nº 4 do artigo 98º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Viseu, 14 de junho de 2016

O Revisor Oficial de Contas

Carlos Eduardo Brás Fonseca

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda., n.º 282

Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492

Relatório e Parecer do
Revisor Oficial de Contas

2015

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

**Exmo. Órgão Deliberativo do
Município de Bragança**

Satisfazendo o estabelecido no artigo 77.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vimos submeter à apreciação de V. Exas., o Relatório e o Parecer do Revisor Oficial de Contas, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

1. RELATÓRIO

No desempenho das funções que por lei nos estão atribuídas:

- 1.1. A partir da data de nomeação, acompanhámos a atividade do Município, tendo recebido do Órgão Executivo e de outros responsáveis as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.
- 1.2. Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pelo Município de Bragança, como entidade consolidante de harmonia com o estabelecido na Lei, e que nos aspetos essenciais foram aplicadas apropriadamente as normas de consolidação de contas.
- 1.3. Verificámos que os critérios valorimétricos utilizados são os que constam do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.
- 1.4. Confirmámos que o Balanço Consolidado, a Demonstração de Resultados Consolidados e o respetivo Anexo foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, exceção feita às reservas constantes da Certificação Legal das Contas Consolidadas.
- 1.5. Estamos convencidos que os referidos documentos de prestação de contas traduzem, de forma verdadeira e apropriada, exceto quanto aos potenciais efeitos das reservas apresentadas na Certificação Legal das Contas Consolidadas, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e, bem assim, os resultados consolidados apurados no exercício findo na mesma data.



2. PARECER

Face ao anteriormente exposto, somos de parecer que a Assembleia Municipal deve, em relação aos documentos apresentados pelo Órgão Executivo, apreciar as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício de 2015, com as reservas e as ênfases apresentadas na Certificação Legal das Contas Consolidadas.

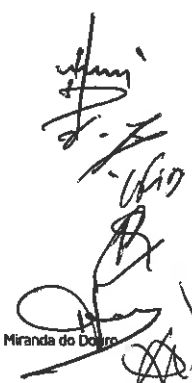
Viseu, 14 de junho de 2016

O Revisor Oficial de Contas

Carlos Eduardo Brás Fonseca

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda., n.º 282

Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492



17.

